



INCIDÊNCIA DA AUTOMEDICAÇÃO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE E DE HUMANAS

INCIDENCE OF SELF-MEDICATION AMONG UNIVERSITY STUDENTS IN HEALTH AND HUMANITIES

Eliana de Souza Cruz ¹,
Iara da Silva ¹,
Vinicius Augusto ¹
Adônis Coelho ²

RESUMO

A automedicação é entendida como o uso de medicamentos sem prescrição, diagnóstico e acompanhamento de um profissional habilitado. Pesquisa realizada pelo Instituto de Ciências, Tecnologia e Qualidade em 2016, aponta que os maiores adeptos da automedicação no Brasil são os jovens. Este trabalho teve como objetivo investigar a prevalência da automedicação em universitários da área de saúde e de humanas. Foi utilizado o método exploratório e descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa. Os graduandos da área de saúde se automedicaram mais em relação ao da área de humanas, sendo que 78% dos entrevistados revelaram já terem se automedicado, e 30% relataram efeitos colaterais, dado este, por ser alarmante, revela a necessidade de intervenção e melhoria no tocante à automedicação responsável.

Palavras chave: Automedicação; Estudantes; Saúde Pública; Diabetes

ABSTRACT

Self-medication is understood as the use of medications without prescription, diagnosis and follow-up of a qualified professional. Research conducted by the Institute of Science, Technology and Quality in 2016, points out that the biggest adepts of self-medication in Brazil are young people. The objective of this study was to investigate the prevalence of self-medication in university students in health and human subjects. The exploratory and descriptive method was used with a qualitative and quantitative approach. Graduates of the health area were more self-medicating than those in the humanities area, with 78% of those interviewed already having self-medicated, and 30% reported side effects, given that this is alarming, revealing the need for intervention and improvement with regard to responsible self-medication.

Keywords: *Self-medication; Students; Public health; Diabetes*

1. Centro Universitário de Jales - UNIJALES

2. Centro Universitário de Jales – UNIJALES e Faculdade de Tecnologia – FATEC - Araçatuba

1. INTRODUÇÃO

A automedicação é definida como o uso de medicamentos sem a prescrição, orientação e ou o acompanhamento de um profissional qualificado, ou seja, é o ato por conta própria de um indivíduo ou seu responsável, de escolher, administrar e determinar o tempo do tratamento de um medicamento qualquer industrializado, remédio caseiro ou plantas medicinais com a finalidade de tratar doenças ou aliviar sintomas (Fontanella *et al.*, 2013; Galato *et al.*, 2012; Souza *et al.*, 2011; Silva *et al.*, 2009).

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, Port. nº 3916/98 - Política Nacional de Medicamentos), define a automedicação como o uso de qualquer medicamento sem acompanhamento, prescrição e orientação do médico ou dentista.

Há também a automedicação responsável, como sendo o ato na qual o indivíduo utiliza medicamentos aprovados para venda com eficácia e segurança comprovadas, utilizados conscientemente para tratar doenças, sinais e sintomas (Brasil, 2001). Tais produtos devem ser apoiados por informações, como a forma correta de se fazer o uso, os efeitos e possíveis efeitos colaterais; possíveis interações; precauções e advertências duração do uso e em quais situações procurar aconselhamento profissional.

Os que se utilizam da automedicação responsável, tem como benefícios a rapidez no combate aos sintomas, além de ser economicamente mais barato ao indivíduo, bem como diminui a procura e gastos com médicos. Já a utilização da automedicação irresponsável, pode ampliar os efeitos adversos do medicamento, assim como o mascarar os sintomas, atrasar o tratamento adequado, dificultar o diagnóstico e até mesmo criar dependência física ou psicológica, o que leva ao maior gasto econômico (Selvaraj, Kumar & Ramalingam, 2014; Milián *et al.*, 2009; Pelicioni, 2005).

A prática da automedicação vem crescendo no Brasil, bem como em outros países, gerando alertas das autoridades da saúde e tornando-se um problema de saúde pública (Loyola Filho *et al.*, 2002). Aproximadamente 80% dos brasileiros praticam a automedicação (ICTQ, 2016). De todos os medicamentos vendidos, 35% são para a automedicação (Barros, 1995).

No Brasil, é prescrito incorretamente mais de 50% de todos os medicamentos comercializados, de acordo com a OMS. Domingues *et al.*, (2015) afirmam que metade dos pacientes utilizam os medicamentos de maneira errada. Contando ainda que o país tem a quinta posição no consumo mundial de fármacos sem a devida prescrição e o primeiro na América Latina (Souza *et al.*, 2011).

Dados afirmam que de todos os casos de intoxicações registrados no Brasil em 2011, os caracterizados por medicamentos somam 29%, e de óbito, 17% (Paim *et al.*, 2016; Domingues *et al.*, 2015).

Tais números levaram o Ministério da Saúde, em 2007, a criar o Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM) uma instância colegiada representativa de seguimentos governamentais e sociais, com o papel de propor estratégias e mecanismos de articulação, de monitoramento e de avaliação de ações destinadas à promoção do uso racional de medicamentos.

De modo geral, as principais doenças que levam à automedicação, em ordem decrescente, se resumem em: Infecção respiratória alta, dor de cabeça, dispepsia/má digestão entre outras, como alergias, náuseas, vômitos e intoxicação. Em síntese observa-se que a automedicação está sempre relacionada, também em ordem decrescente, a sintomas dolorosos e infecciosos; os analgésicos, descongestionantes nasais, os anti-inflamatórios/antirreumáticos e anti-infecciosos são em ordem decrescente os mais utilizados para essa prática (Loyola Filho *et al.*, 2002; Arrais *et al.*, 1997).

Pesquisa realizada pelo Instituto de Ciências Tecnologia e Qualidade (ICTQ, 2016) comprova que os maiores adeptos da automedicação no Brasil na verdade são os jovens, relatando ainda que, aproximadamente 90% da população entre 16 e 24 anos consomem medicamentos sem prescrição ou orientação de um profissional da saúde.

Galato (2012) estudou a prevalência da automedicação em universitários de faixa etária média de 22,9 anos e descobriu que 96% dos estudantes realizaram esta prática. Já Fontanella (2013) obteve valores preocupantes ao investigar a automedicação em estudantes com média de idade de 24,5 anos, descobrindo que 52% se automedicaram na semana que antecedeu a pesquisa.

Moraes (2015) investigou a automedicação entre os acadêmicos de enfermagem e descobriu que 39% dos alunos costumam indicar medicamentos para outras pessoas. Já Silva (2012) constatou uma porcentagem maior ao analisar os alunos do curso de medicina, aproximadamente 70% do total de alunos entrevistados afirmaram já terem indicado medicamentos para terceiros. Na Espanha e na Argentina, estudos realizados com escolares sobre o consumo de medicamentos, indicaram que a prevalência da automedicação entre adolescentes é iniciada ainda na infância (Silva *et al.*, 2009; Cesolari *et al.*, 1999).

O presente trabalho tem como objetivo estimar a prevalência e as causas da automedicação, bem como os efeitos adversos em universitários de um centro universitário localizado no noroeste paulista. Busca também detectar se a área de formação dos acadêmicos influencia na prática da automedicação.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, possuindo uma abordagem qualitativa e quantitativa. Como instrumento para coleta de dados foi utilizado um questionário com questões fechadas de múltipla escolha e abertas, onde os entrevistados tiveram a opção de livre resposta. Responderam o questionário graduandos da Área de Saúde (ingressantes e formandos) dos cursos de Farmácia e Fisioterapia, e por graduandos da Área de Humanas (ingressantes e formandos) dos cursos de Administração e Ciência Contábeis.

Todos os entrevistados foram esclarecidos a cerca dos objetivos e procedimentos experimentais da pesquisa, bem como o sigilo das informações coletadas e das identidades dos mesmos. Após terem lido e concordado com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário foi aplicado.

Participaram da pesquisa ao todo 96 alunos, sendo todos regularmente matriculados no mesmo centro universitário, localizado no noroeste paulista.

Os participantes foram orientados a responder as questões considerando os acontecimentos inerentes nos últimos trinta dias, que antecedeu a pesquisa.

Foram definidos como foco da pesquisa, os jovens universitários com idades entre 18 e 29 anos e considerados critérios de inclusão: Estar cursando o primeiro ou último ano nos cursos citados anteriormente e que tenham aceitado livremente participar da pesquisa e considerados critérios de exclusão: Os com idades inferiores ou superiores a definida pela pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que 41% dos entrevistados são do sexo masculino (16% da área da saúde e 25% da área de humanas) e 59% do sexo feminino (38% da área da saúde e 21% da área de humanas), sendo que apenas 46% possuem plano de saúde e 74% desse total de jovens exercem atividade laborativa, fato já esperado tendo-se em vista que os cursos noturnos atraem mais o público que trabalha no horário comercial.

A frequência com que os entrevistados se automedicam, bem como se já sofreram com efeitos colaterais e se sabiam dessa possibilidade, estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1. Dados referentes ao uso de medicamentos sem prescrição, efeitos colaterais e ciência dos possíveis efeitos colaterais.

	Área da Saúde				Área de Humanas				Total
	Sim	%	Não	%	Sim	%	Não	%	
Já fez ou faz uso de medicamentos sem prescrição médica?	38	39,6	14	14,6	37	38,5	07	7,3	96
Já teve algum efeito colateral causado por ingestão de medicamentos sem prescrição médica?	09	9,4	43	44,8	03	3,1	41	42,7	96
Estava ciente de que o medicamento em questão poderia causar efeitos colaterais?	30	42,2	07	10,0	29	40,8	05	7,0	71*

* 25 pessoas não souberam ou não opinaram.

Os resultados obtidos acusam que a prática da automedicação entre os jovens universitários entrevistados foi de 78%, tais valores são semelhantes aos encontrados por Araújo *et al.*, (2015). Destaca-se o fato de que a prevalência da automedicação é parecida entre as áreas de saúde e de humanas, 39,6% e 38,5%, respectivamente.

A ocorrência de automedicação nos 30 dias anteriores à pesquisa foi relatada por 55 pessoas, totalizando 57% dos entrevistados, com frequência de automedicação de 1 a 2 vezes relatado por 39 universitários, 3 a 4 vezes por 18 universitários e mais de 5 vezes por 3 universitários, tais valores se aproximam dos valores encontrados por Galato (2012) que relatou que 37% dos entrevistados afirmaram terem se automedicado dentro de um período de 15 dias anteriores à pesquisa.

Dentre as pessoas que se automedicam, cerca de 30% constataram a ocorrência de efeitos colaterais, bem como admitiram não ler a bula em um total de 53%. A ocorrência dos efeitos adversos se deu, em sua maioria, por meio de alergia, mal estar, ânsia e vômitos, similar ao estudo de Abraão *et al.*, (2009).

Outro importante fato é a constatação da prática da automedicação pelas universitárias, que girou em torno de 84% ou 48 das jovens do sexo feminino entrevistadas, o que corrobora os estudos de Arrais (1997) o qual sugere a prática da automedicação em grande parte por mulheres.

A Tabela 2 traz os resultados quanto às causas mais frequentes da automedicação, bem como as principais classes de fármacos utilizados e as influências que os levaram a praticar a automedicação.

Tabela 2. Causas que levam à automedicação, classe de fármacos utilizados e influência da automedicação.

Causas que levaram a automedicação	Total	%
Dor de cabeça	64	17,8
Gripe ou resfriado	53	14,7
Dor de garganta	41	11,4
Dor muscular	34	9,4
Febre	33	9,2
Cólica	26	7,2
Enjoo ou vômito	25	7,0
Diarreia/dor de barriga	22	6,1
Dispepsia/queimação no estômago	19	5,2
Alergia	18	5,0
Dor de ouvido	12	3,3
Outros	13	3,7
Medicação mais utilizada	Total	%
Antipirético	38	35,5
Analgésico e relaxante muscular	21	19,6
Anti-histamínicos	01	0,9
Outros	47	44,0
Motivo da automedicação	Total*	%
Não gosta de ir ao médico	31	34,0
Influência de familiares	23	25,3
Acredita ter conhecimentos suficientes	22	24,2
Influência dos amigos	02	2,2
Outros	13	14,3

* 5 pessoas não souberam ou não opinaram.

Dentre as principais causas que levaram os entrevistados a se automedicarem liderou a dor de cabeça seguida pela dor de garganta e ânsia e vômitos, em síntese, todos os sintomas relacionados à

dor, simétrico à pesquisa de Araújo *et al.*, (2015), e em conformidade com a recente pesquisa da Academia Brasileira de Neurologia (2017), que revelou que mais de 80% dos brasileiros tomam remédio para dor de cabeça sem receita médica. Esta pesquisa salientou ainda que em casos frequentes de dores de cabeça a automedicação tende a atrapalhar o resultado do tratamento, vindo o paciente a se tornar cada vez mais dependente do analgésico, necessitando de doses mais fortes.

Quando analisados as classes de medicamentos mais utilizados, os antipiréticos e analgésicos lideraram o topo dos medicamentos mais utilizados nesta pesquisa, que girou em torno de 55%, em paridade com os estudos de Abraão *et al.*, (2009) que comprovou a prevalência de 52% de uso de analgésicos em estudantes universitários dos cursos de enfermagem e administração.

Podem-se destacar também os prejuízos que o uso irracional de medicamentos pode trazer, como por exemplo, o desenvolvimento de bactérias resistentes, progressão da doença, dentre outros, contribuindo para diagnósticos e tratamentos errôneos (Galato *et al.*, 2012; Fonseca *et al.*, 2010).

A demora no atendimento médico aliada a falta de qualidade do serviço público faz com que as pessoas busquem outras maneiras de aliviar as dores. Esses fatores somados à facilidade na aquisição e o baixo custo dos medicamentos que são vendidos sem receitas, constituem fatores preponderantes para a prática da automedicação. (Arrais, 1997).

A pesquisa revelou que 24% dos entrevistados afirmam terem conhecimentos suficientes para se automedicarem, sendo que 13% são da área da saúde e 11% da área de humanas. A maior porcentagem de estudantes da área da saúde pode estar relacionada ao fato que os acadêmicos de farmácia e fisioterapia possuem disciplinas voltadas ao estudo das medicações, como a farmacologia (Abraão *et al.*, 2009).

Os entrevistados que relataram ter procurado médico após a automedicação equivalem a 26% do total. Tais valores são inócuos quando comparados aos que praticaram a automedicação, que somam um total de 76%.

A Tabela 3 trás os resultados quanto à indicação ou quem prescreveu o medicamento para o entrevistado.

Tabela 3. Principais indicações ou prescrições dos medicamentos que levaram a automedicação.

Indicação ou prescrição dos medicamentos	Total	%
Terceiros	30	25,6
Farmacêuticos	26	22,2
Havia em casa, mas foi comprado sem indicação médica	24	20,5
Médicos	15	12,9
Funcionários da farmácia	09	7,7
Havia em casa, foi prescrito por um médico em outra ocasião	07	6,0
Propaganda de TV, rádio ou internet	06	5,1

No tocante às influências para a realização da automedicação, verificou-se que a interferência de amigos e vizinhos (terceiros), colaborou substancialmente na escolha do medicamento, idêntico ao estudo de Galato (2012).

Já a contribuição do farmacêutico para a automedicação por meio da indicação ou prescrição de medicamentos foi semelhante ao estudo feito por Mussolin (2004), o qual apurou que um total de 20% dos entrevistados confia nas informações do farmacêutico.

Tais resultados são possíveis devido a Resolução nº 586 de 29 de agosto de 2013, que declara, entre outras coisas, que o farmacêutico poderá prescrever medicamentos, desde que não necessitem de receita médica para serem dispensados e que venham a ser aprovados pelo órgão sanitário federal para prescrição do farmacêutico, estabelecendo, inclusive, etapas para a prescrição segura, segundo o que dispõe o artigo 7º da mesma:

- Art. 7º - O processo de prescrição farmacêutica é constituído das seguintes etapas:
- I - identificação das necessidades do paciente relacionadas à saúde;
 - II - definição do objetivo terapêutico;
 - III - seleção da terapia ou intervenções relativas ao cuidado à saúde, com base em sua segurança, eficácia, custo e conveniência, dentro do plano de cuidado;
 - IV - redação da prescrição;
 - V - orientação ao paciente;
 - VI - avaliação dos resultados;
 - VII - documentação do processo de prescrição (Resolução nº 586 de 29 de agosto de 2013).

A intenção desta resolução é ampliar a responsabilidade no manejo clínico dos pacientes, “encerrando a concepção de prescrição como a ação de recomendar algo ao paciente. Tal recomendação pode incluir a seleção de opção terapêutica, a oferta de serviços farmacêuticos, ou o encaminhamento a outros profissionais ou serviços de saúde” (Preâmbulo da Resolução).

Analisando ainda os dados da Tabela 3, pode-se observar que a influência por propagandas de TV, Rádios e Internet se mostrou irrisória, tendo em vista que apenas 5% dos graduandos revelaram sentir-se influenciados por este modo de indicação ou prescrição de medicamentos. Tais resultados

mostram que os jovens são pouco influenciados pela mídia em se tratando de comerciais de medicamentos.

Dentre os entrevistados 86% confiam na eficácia da escolha do medicamento, 47% possuem o hábito de ler a bula do fármaco. Quando observamos o estudo feito por Moraes *et al.*, (2015), percebemos que em sua pesquisa 85% dos entrevistados possuem o hábito de ler a bula, valor superior ao encontrado neste trabalho, porém a população investigada por Moraes *et al.*, (2015) foi constituída apenas por acadêmicos do curso de Enfermagem.

Consideram-se dependentes da automedicação 13% dos entrevistados. No livro “Tarja Preta” de Márcia Kedouk (2016), a autora revela que no Brasil há mais farmácias que padarias, a explicação para isso é que os brasileiros se acostumaram a pensar na farmácia como uma loja de conveniência, fazendo da cestinha da farmácia um carrinho de supermercados. Isto constitui uma possível explicação para o número de pessoas que se consideram dependentes da automedicação.

O maior índice de leitura das bulas dos medicamentos se deu na área de saúde com 27%, já nos cursos de humanas este índice foi de 20%, sendo o resultado análogo ao encontrado por Mussolin (2004).

Quando se compara o primeiro com o último ano de cada graduação, constatou-se que com exceção do primeiro ano do curso de Ciências Contábeis, todos os outros cursos do primeiro ano apresentaram menor incidência da automedicação quando comparados ao último ano dos respectivos cursos. Tais dados podem ser relacionados ao fato de que 62% do total dos universitários do último ano leem a bula dos medicamentos, já os estudantes universitários do primeiro ano que leem a bula totalizam apenas 31%, esses valores indicam que o maior conhecimento desperta nos jovens a preocupação de se informarem melhor sobre o medicamento antes do consumo.

4. CONCLUSÃO

Os motivos que levam as pessoas a se automedicarem são diversos, tornando-se uma prática comum entre universitários. Essa prática também é observada em outros países, conforme analisado neste trabalho.

Os dados obtidos permitiram influir que os graduandos da área de humanas se automedicaram em menor escala quando comparado aos graduandos na área de saúde. Possivelmente, isto se deve ao fato de que os estudantes da área da saúde possuem maior conhecimento e acesso aos medicamentos, levando-os a crer que o conhecimento que possuem é suficiente para a automedicação responsável, o que nem sempre é verdadeiro.

Em relação às reações adversas, na área da saúde, 31% relataram conhecimento sobre os possíveis riscos, enquanto que na área de humanas este índice foi de 30%, o que mostra baixo esclarecimento nas duas áreas.

Haja vista o número total de jovens que se automedicam ser considerado alarmante (78%) e o fato de 31% dos entrevistados relatarem efeitos colaterais faz-se a necessidade de uma intervenção e melhoria na difusão de conhecimento no tocante à automedicação responsável. Um possível meio eficaz para tanto, seriam as redes sociais (principal meio para se chegar até os jovens), a mídia de forma geral, médicos e claro, o profissional farmacêutico.

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, L. M.; SIMAS, J. M. M.; MIGUEL, T. L. B. Incidência da automedicação e uso indiscriminado de medicamentos entre jovens universitários. *II Encontro Científico e II Simpósio de Educação*, 02, Lins, Brasil, 2009.

ACADEMIA BRASILEIRA DE NEUROLOGIA. *Pesquisa da ABN sobre enxaqueca expõe o grave quadro de automedicação no Brasil*. Disponível em: < <http://www.abneuro.org.br/clippings/detalhes/842/pesquisa-da-abn-sobre-enxaqueca-expoe-o-grave-quadro-de-automedicacao-no-brasil>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

ARAUJO, A. L.; AREDA, C. A.; SILVA, E. V.; MEINERS, M. M. M. A.; GALATO, D. Estudos brasileiros sobre automedicação: uma análise da literatura. *Rev. Bras. Farm.* v. 96, n. 2, p. 1178 – 1201, 2015.

ARRAIS, P. S. D.; COELHO, H. L. L.; BATISTA, M. C. D. S.; CARVALHO, M. L.; RIGHT, R. E.; ARNAU, J. M. Perfil da automedicação no Brasil. *Rev. Saúde Públ.* v. 31, n. 1, p. 71-77, 1997.

BARROS, J. A. C. *Propaganda de medicamentos: Atentado à saúde?* São Paulo: Hucitec; Sobravime, 1995. 222 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consulta Pública nº 95, de 19 de novembro de 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite e Conselho Nacional de Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 586 de 29 de Agosto de 2013.

CESOLARI, J. A. M.; GARROTE, N. L. M.; PÉREZ, B. M.; BUSNAIL, L. I. Automedicación en adolescents universitários. *Med. Soc.* v. 22, n. 2, p. 103-106. 1999.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS DO ICTQ. *O perfil dos brasileiros que tem o hábito de automedicar*. 2016. Disponível em: <<http://www.ictq.com.br/component/tags/tag/24-farmacia>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

DOMINGUES, P. H. F.; GALVÃO, T. F.; ANDRADE, K. R. C.; SÁ, P. T. T.; SILVA, M. T.; PEREIRA, M. G. Prevalence of self-medication in the adult population of Brazil: a systematic review. *Rev. Saúde Públ.* v. 49, n. 36, p. 1-8, 2015.

FONSECA, F. I. R. M.; DEDIVITIS, R. A.; SMOKOU, A.; LASCANE, E.; CAVALHEIRO, R. A.; RIBEIRO, E. F.; SILVA, A. M.; SANTOS, E. B. Frequência de automedicação entre acadêmicos de faculdade de medicina. *Rev. Diagn. Tratamento*. v. 15, n. 2, p. 53-57, 2010.

FONTANELLA, F. G.; GALATO, D.; REMOR, K. V. T. Perfil de automedicação em universitários dos cursos da área da saúde em uma instituição de ensino superior do sul do Brasil. *Rev. Bras. Farm.* v. 94, n. 2, p. 154-160, 2013.

GALATO, D.; MADALENA, J.; PEREIRA, G. B. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. *Ci. Saúde Col.* v. 17, n. 12, p. 3323-3330, 2012.

KEDOUK, M. *Tarja preta: os segredos que os médicos não contam sobre os remédios que você toma*. São Paulo: Abril, 2016. 256 p.

LOYOLA FILHO, A. I.; UCHOA, E.; GUERRA, H. L.; FIRMO, J. O. A.; LIMA-COSTA, M. F. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. *Rev. Saúde Públ.* v. 36, n. 1, p. 55-62, 2002.

MILIÁN, A. J. G.; CARBONELL, L. A.; PUIG, P. L.; ALÓS, I. Y.; SALVADOR, A. K. R.; HERNÁNDEZ, N. B. Consumo de medicamentos referidos por la población adulta de Cuba, año 2007. *Rev. Cubana Med. Gen. Integral*. v. 25, n. 4, p. 5-16, 2009.

MORAES, D. C.; SILVA JUNIOR, G. D.; SOARES, M. P.; COLLIER, K. F. S. Automedicação praticada por acadêmicos do curso de graduação em enfermagem do centro universitário de Gurupi, Tocantins. *Rev. Cereus*. v. 7, n. 2, p. 105-116, 2015.

MUSSOLIN, N. M. *A automedicação: um estudo entre universitários de enfermagem e de relações públicas*. 2004. São Paulo. 116 p. Dissertação (Mestrado em Infecções e Saúde Pública), Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. São Paulo.

PAIM, R. S. P.; LUNELLI, R. P.; ZANCHETT, K.; MENON, P.; COSTA, S.; GIACHELIN, T. Automedicação: uma síntese das publicações nacionais. *Rev. Contexto Saúde*. v. 16, n. 30, p. 47-54, 2016.

PELICIONI, A. F. *Padrão de consumo de medicamentos em duas áreas da Região Metropolitana de São Paulo, 2001 - 2002*. 2005. São Paulo. 112 p. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo.

SELVARAJ, K.; KUMAR, S. G.; RAMALINGAM, A. Prevalence of self-medication practices and its associated factors in Urban Puducherry, India. *Perspect. Clin. Res.* v. 5, n. 1, p. 32-36, 2014.

SILVA, M. V. S.; TRINDADE, J. B. C.; OLIVEIRA, C. C.; MOTA, G. S.; CARNIELLI, L.; SILVA, M. F. J.; ANDRADE, M. A. Consumo de medicamentos por estudantes adolescentes de Escola de Ensino Fundamental do município de Vitória. *Rev. Ci. Farm. Básica Apl.* v. 30, n. 1, p. 99-104, 2009.

SILVA, R. C. G.; OLIVEIRA, T. M.; CASIMIRO, T. S.; VIEIRA, K. A. M.; TARDIVO, M. T.; FARIA JÚNIOR, M.; RESTINI, C. B. A. Automedicação em acadêmicos do curso de medicina. *Medicina (Ribeirão Preto)*. v. 45, n. 1, p. 5-11, 2012.

SOUZA, L. A. F.; SILVA, C. D.; FERRAZ, G. C.; SOUSA, F. A. E. F.; PEREIRA, L. V. Prevalência e caracterização da prática de automedicação para alívio da dor entre estudantes universitários de enfermagem. *Rev. Latino-Am. Enferm.* v. 19, n. 2, p. 1-7, 2011.